



Textos Anárquicos Roubados



NUMERO
ZERO



Roubo Numero Zero. 23/05/2019

Esta revistinha tem apenas textos copiados de outras fontes, mas cuja divulgação parece necessária. Muitos textos já são datados, alguns com mais de dois anos de idade, por razões de caos mental no meio libertário, insurrecionário e esquerdopata em geral.

Vamos exercitar aqui a morte do autor na sua forma mais extrema. Inicialmente, não estamos preocupados com a história de cada autor ou de cada texto – pegamos o que o texto tem de útil ou motivador e deixamos o resto de lado. O autor tem pouca relevância, queremos discutir o conteúdo, e damos mais valor a nossa discussão do que a opinião original do autor.



O que importa é que tipo de organização, práxis e ação direta vamos desenvolver com base no texto.

Em outros momentos vamos discutir a misoginia de Proudhon, o pan-eslavismo de Bakunin, fascismo na pós-esquerda, e o anti-semitismo generalizado, mas os textos publicados tem partes boas independente dessas filiações.

Prossigamos. Começamos com crítica literária, mas a anarquia segue.

Nota de Copyright e Disclaimer

COPIE ISSO AQUI ATÉ A TINTA DESBOTAR

A língua portuguesa (e todas suas aplicações) foi utilizada sem a permissão de seus inventores, escritores e detentores de direitos autorais. Nenhum direito reservado. Qualquer alegação sobre violações de direitos autorais, apologia à atividades ilegais, difamação de caráter, incitamento a levantes, traição, etc. deverá ser endereçada diretamente ao seu deputado como um assunto militar e não civil.

Peça mais cópias em:

TEXTOSROUBADOS@PROTONMAIL.COM

Conteúdo

Agora você está lendo a página.....	3
Literatura Moderna e a Morte do Autor em Roland Barthes, por Felipe Almeida.....	4
Organizar a Morte do Capital, não de Pessoas: Perspectivas revolucionárias sobre atentados e assassinato de poderosos, por Facção Fictícia.....	7
Porquê Zona Autônoma Temporária, por Felipe Almeida.....	19
(Re)Construir o Sindicalismo Revolucionário no Brasil, pela FOB.....	23
Links potencialmente úteis.....	30



Literatura Moderna e a Morte do Autor em Roland Barthes, por Felipe Almeida

<https://www.pantagruealista.com/blog/literatura-moderna-morte-do-autor>



Não é raro os fãs buscarem nos autores as explicações para filmes e livros considerando-os a única fonte válida de interpretação, porém assim como Anne-Marie Willis defende que o designer não é prevalente no que cria, há ainda outro pensador de peso seguindo uma linha de raciocínio algo parecida. Em 1968 Roland Barthes publicava “A morte do autor”, um texto instigante acerca da importância do Autor, da Crítica e do Leitor para o pensamento moderno.

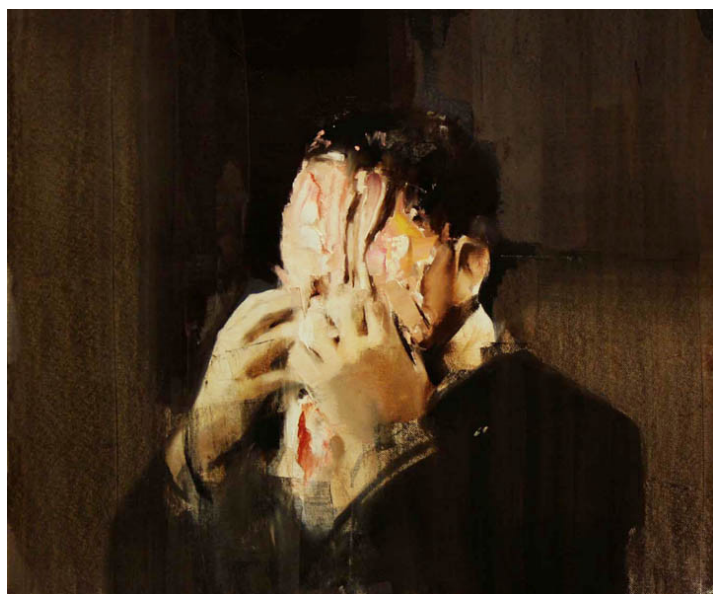
Se ambos convergem para uma crítica que mina a importância do criador da obra, Barthes estava mais preocupado com a literatura e foi além, demonstrando como questionar a figura do Autor automaticamente co-

loca em crise também a da Crítica.

Para Barthes a “escrita”, aquela que a grosso modo pode ser chamada de literatura, é independente, um corpo de símbolos:

“A escrita é destruição de toda a voz, de toda a origem. A escrita é esse neutro, esse composto, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve.

Sem dúvida que foi sempre assim: desde o momento em que um fato é contado, para fins intransitivos, e não para agir diretamente sobre o real, quer dizer, finalmente fora de qualquer função que não seja o próprio exercício do símbolo, produz-se este desfa-



samento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escrita começa.”

Stéphane Mallarmé foi um crítico e poeta francês a quem Barthes credits o pioneirismo desse conceito de escrita:

“Em França, Mallarmé, sem dúvida o primeiro, viu e previu em toda a sua amplitude a necessidade de pôr a própria linguagem no lugar daquele que até então se supunha ser o seu proprietário; para ele, como para nós, é a linguagem que fala, não é o autor; escrever é, através de uma impessoalidade prévia - impossível de alguma vez ser confundida com a objetividade castradora do romancista realista - atingir aquele ponto em que só a linguagem atua, «performa», e não «eu»: toda a poética de Mallarmé consiste em suprimir o autor em proveito da escrita (o que é, como veremos, restituir o seu lugar ao leitor).”

Indo direto contra a crítica convencional Barthes não recua, propondo a ideia de que uma obra é sempre dependente do leitor:

“Supõe-se que o Autor alimenta o livro, quer dizer que existe antes dele, pensa, sofre, vive com ele; tem com ele a mesma relação de antecedência que um pai mantém com o seu filho. Exatamente ao contrário, o scriptor moderno nasce ao mesmo tempo que o seu texto;

não está de modo algum provido de um ser que precederia ou excederia a sua escrita, não é de modo algum o sujeito de que o seu livro seria o predicado; não existe outro tempo para além do da enunciação, e todo o texto é escrito eternamente aqui e agora.

[...]

Sabemos agora que um texto não é feito de uma linha de palavras, libertando um sentido único, de certo modo teológico (que seria a «mensagem» do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original: o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura.”

Opondo a imagem do Autor e a do scriptor ele expõe o que, para ele, é a escrita moderna:

“Sucedendo ao Autor, o scriptor não tem já em si paixões, humores, sentimentos, impressões, mas sim esse imenso dicionário onde vai buscar uma escrita que não pode conhecer nenhuma paragem: a vida nunca faz mais do que imitar o livro, e esse livro não é ele próprio senão um tecido de signos, imitação perdida, infinitamente recuada.

[...]

Na escrita moderna, com efeito, tudo está por deslindar, mas nada está por decifrar; a estrutura pode ser seguida, «apanhada» (como se diz de uma malha de meia que cai) em todas as suas fases e em todos os seus níveis, mas não há fundo; o espaço da escrita percorre-se, não se perfura; a escrita faz incessantemente sentido, mas é sempre para o evaporar; procede a uma isenção sistemática do sentido, por isso mesmo, a literatura (mais valia dizer, a partir de agora, a escrita), ao recusar consignar ao texto (e ao mundo como texto) um «segredo», quer dizer, um sentido último, liberta uma atividade a que poderíamos chamar contra-teológica, propriamente revolucionária, pois recusar parar o sentido é afinal recusar Deus e as suas hipóstases, a razão, a ciência, a lei.”

Barthes chama atenção para a negligência com a figura do leitor e contesta a ideia de que ele depende do Autor:

“Assim se revela o ser total da escrita: um texto é feito de escritas múltiplas, saídas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar em que essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se tem dito até aqui, é o leitor: o leitor é o espaço exato em que se inscrevem, sem que nenhuma

se perca, todas as citações de que uma escrita é feita; a unidade de um texto não está na sua origem, mas no seu destino, mas este destino já não pode ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; é apenas esse alguém que tem reunidos num mesmo campo todos os traços que constituem o escrito.

[...]

Sabemos que, para devolver à escrita o seu devir, é preciso inverter o seu mito: o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor.”

Subversivo, “A morte do Autor” é o tipo de texto que ainda hoje precisa ser discutido. E essa talvez seja a definição de todo pensamento relevante. Barthes desenvolveu em 1968 uma objeção que nenhum escritor ou leitor deveria ignorar, mas que infelizmente ainda é menos popular do que deveria, ao menos fora da academia.



Organizar a Morte do Capital, não de Pessoas: Perspectivas revolucionárias sobre atentados e assassinato de poderosos, por Facção Fictícia - 11/09/2018



Pintura de Flavio Costantini representando o momento em que anarquista italiano Gaetano Bresci mata o Rei Umberto em 1900. Um ano antes, Bresci salvou a vida do ilustre anarquista Errico Malatesta ao se jogar sobre um homem que queria matá-lo com um tiro nos Estados Unidos.

“A terrível guilhotina de 1793 que não pode ser acusada nem de preguiça, nem de lentidão, não chegou a destruir a classe nobre na França. [...] E em geral, pode-se dizer que as carnificinas políticas nunca mataram os partidos; mostraram-se, sobretudo, impotentes contra as classes privilegiadas, porque a força reside menos nos homens do que nas posições ocupadas pelos homens privilegiados na organização das coisas, isto é, a instituição do Estado e sua consequência assim como sua

base natural, a propriedade individual.”

– Mikhail Bakunin



No dia 6 de setembro de 2018, em Juiz de Fora, Minas Gerais, o deputado federal e candidato à presidência Jair Bolsonaro recebeu uma facada na barriga enquanto era carregado pelas ruas da cidade e escoltado por mais de 20 policiais. A ação foi flagrada por câmeras e celulares e repetida até a exaustão na televisão e pela internet. O algoz, Adelio Bispo de Oliveira, foi preso em flagrante. Taxado de “simpatizante de esquerda” por alguns e “lunático conspiratório” por outros, Adelio teria supostamente confessado o crime alegando “divergências pessoais” e que teria feito a ação “a mando de Deus”.

Enquanto algumas pessoas analisam os impactos do atentado na campanha de Bolsonaro – um fascista, homofóbico, machista e racista declarado –, outras dizem é tudo uma completa encenação. Há também quem, num tom mais alarmista, compare o ataque contra o parlamentar ao assassinato do diplomata alemão Ernst vom Rath em 1938, que foi o estopim da Noite dos Cristais: ataques em massa contra sinagogas, casas e lojas de judeus na Alemanha e na Áustria, resultando na prisão e morte de dezenas de pessoas. De fato, é bem possível que Bolsonaro e seus eleitores usem do atentado como estratégia para se passar por vítima e despertar solidariedade em forma de ódio contra algum grupo – como sempre fazem os fascistas. Ou pior: alguns fanáticos podem usar o episódio como pretexto para praticar seus ataques semelhantes aos tiros contra o ônibus de uma caravana de apoiadores do PT e de Lula no Paraná em março de 2018. Mas, para além desses pontos,

é importante discutir o uso político de atentados e assassinatos de pessoas poderosas na sociedade fora de um contexto de combate ou guerra e enquanto ação de propaganda ou mobilização social.

A visão estratégica e a visão ética

Após o ataque a Bolsonaro, a internet e as ruas ferveram em debates sobre a legitimidade ou a necessidade de matar defensores de políticas de extrema-direita e que, em última instância, colocam em risco real a vida de milhões de pessoas negras, LGBTTIQ, pobres ou imigrantes apenas por serem parte de minorias políticas. Enquanto anarquistas, nos interessa o debate porque ele toca a luta contra políticas e regimes autoritários. É um debate sobre como resistir ao extremismo da direita, mas também a qualquer forma de Estado e exploração capitalista. E as questões mais importantes que queremos tratar aqui seriam principalmente estratégicas e éticas.

Anarquistas e socialistas já mataram presidentes e reis. Mas será que conseguiram alguma mudança sistêmica profunda com ações isoladas para eliminar certos indivíduos em posições de poder? Os fatos levam a crer que não, pois as instituições que acumulam poder continuaram intactas e operando com carne sempre nova. Bakunin nos alertou também sobre essa questão quando disse que “as carnificinas políticas nunca mataram os partidos; mostraram-se, sobretudo, impotentes contra as classes privilegiadas, porque a força reside menos nos homens do que nas posições ocupa-



O momento em que um cidadão confere se um parlamentar tem sangue e merda na barriga como todos os outros mortais.

das pelos homens privilegiados na organização das coisas”. Como explica Alexandre Samis, “Bakunin acreditava que as energias revolucionárias deveriam ser concentradas na destruição das ‘coisas’, no caso, do Estado e da sociedade dividida em classes, e não das ‘pessoas’. A questão suscitada, para muito além de um contexto histórico, define para os libertários um princípio basilar: o do antiautoritarismo”. Ou seja, há muito tempo que anarquistas apontam que nossos maiores inimigos são as instituições políticas, econômicas e culturais que alimentam o conflito quando colocam umas poucas pessoas em posições de privilégios e outras em situações de opressão e subordinação.

Do ponto de vista estratégico, matar um fascista como Bolsonaro em

praça pública fará pouco pelo fim do fim do fascismo e toda forma de autoritarismo e opressão. Um problema sistêmico não desaparece com a morte de um indivíduo, por mais que tentemos personificar ideias e políticas nele. Se fosse assim, bastava esperar a morte de um ditador para que regimes caíssem e os povos vivessem em liberdade. Sabemos que sistemas autoritários permanecem após a morte de seus líderes e que atentados e assassinatos contra indivíduos separados de uma ampla luta social criam mártires e pretextos para perseguição de movimentos políticos.

Do ponto de vista ético, se confundimos as pessoas com as instituições que elas operam, cairemos na ideia de que matar um por um de cada policial, juiz, presidente ou milionário vai nos livrar



Bolsonaro e sua metralhadora imaginária: você pode matar um homem, mas a babaquice é imortal.

das desigualdades do mundo, como se as ideias, as práticas e as instituições que criam essas desigualdades residissem nos corpos dos que matamos. E se o nosso foco for executar adversários políticos, independente da situação ou das consequências, o que garante que após uma revolução não façamos paredões de execução de inocentes e supostos “contrarrevolucionários”? Não somos pacifistas e sabemos que sempre haverá violência decorrente dos conflitos de uma revolução social que enfrente os defensores de uma

ordem opressora. Mas acreditar que o fim dessa ordem depende essencialmente do sangue dos seus defensores pode abrir caminho para aparatos sociais tirânicos e assassinos que não sabem mais quando parar de matar. Vemos isso muito bem no caso dos Jacobinos após a Revolução Francesa de 1789 ou da Revolução Russa e a tomada do poder pelos Bolcheviques em 1917.

Confundir pessoas com sistemas e instituições historicamente construídas nos parece não apenas um erro estratégico mas também aponta caminhos para questões éticas, como o surgimento de tribunais revolucionários que penalizariam indivíduos como forma social exemplar e uma política de extermínio de inimigos por divergências políticas e ideológicas.

“A minha hipótese é que o tribunal não é a expressão natural da justiça popular, mas pelo contrário, tem por função histórica reduzi-la, dominá-la, sufocá-la, reinscrevendo-a no interior de instituições características do aparelho de Estado.”

– Michel Foucault

Exemplos históricos

“Matar um homem para defender uma ideia não é defender uma ideia, é matar um homem.”

– Jean-Luc Godard

Em 1901, William McKinley, presidente dos Estados Unidos foi atacado com dois tiros pelo jovem anarquista e filho de imigrantes poloneses chamado Leon Czolgosz. O presidente morreu oito dias depois devido aos ferimentos. McKinley ficou conhecido por suas políticas imperialistas na América e na perseguição aos povos indígenas. Durante seu governo, os Estados Unidos ganharam controle dos territórios de Porto Rico, da Ilha de Guam e do Havaí. Muitos dizem que foi durante seu governo que os EUA

conquistou o papel de “polícia do mundo”. Como podemos perceber, sua morte não mudou os rumos do estado que comandava, e suas políticas não apenas permaneceram vivas, como se intensificaram. Theodore Roosevelt assumiu como presidente após a morte de McKinley e consolidou o caminho do imperialismo estadunidense nas Américas e no mundo.

Por sua vez, Leon Czolgosz não tinha muitos laços no movimento anarquista e “seu gosto por violência fez com que muitas pessoas achassem que ele era um infiltrado até o dia em que matou o presidente”. O jovem foi preso sem direito a ver qualquer familiar ou amigos e morreu na cadeira elétrica um mês depois do atentado. Na sua época, Emma Goldman foi uma das poucas pessoas no movimento anarquista que buscou entender e defender Czolgosz – mesmo depois de ter sido presa por semanas junto com mais 12 militantes anarquistas após o assassinato do presidente, sem nenhuma acusação ou justificativa formal. Muitos apontam que foi nesse momento que o socialismo ganhou destaque nos Estados Unidos enquanto o anarquismo perdeu credibilidade devido aos ataques da mídia e do governo que depreciavam anarquistas como terroristas sedentos por sangue. Os mesmos tipos de estratégias vimos após 2013 no Brasil, com a prisão de 23 militantes no Rio de Janeiro em 2014 e a tentativa de criminalizar o movimento anarquista no Rio Grande do Sul em 2017. Em ambos os casos o Estado e mídia burguesa usaram manifestações, filiações políticas e atos isolados de depredação para forjar organizações

criminosas fictícias que nunca feriram nem mataram pessoas e demonizar os movimentos sociais, especialmente os anarquistas.

Se atos que nem mesmo chegaram a tirar vidas são usados para criminalizar movimentos, a violência contra indivíduos enquanto forma de propaganda política pode colocar o movimento numa posição de fragilidade contra os ataques da mídia, do Estado e da opinião pública. Não é preciso sermos reféns da opinião pública, nem nos dispor a fazer apenas aquilo que uma maioria na sociedade iria aceitar. Mas devemos entender as consequências de nossos atos e o quão fortes são nossos laços sociais e políticos para aguentar a difamação, o medo e a perseguição política.

Pessoas comuns, que ainda não tomaram partido, tendem a ver os movimentos que ganham fama com atentados como apenas uma facção militarizada, especializada em combate ou em ataques. Se uma construção de relações sociais fortes, como ocupações, cooperativas, sistemas educação e uma ampla estrutura autogerida não se tornarem conhecidas antes dos conflitos com agentes do Estado, dificilmente terão suporte após ações isoladas violentas.

Como nos contam camaradas do coletivo CrimethInc, depois que McKinley foi morto pelas mãos de um anarquista, “multidões atacaram comunas e jornais anarquistas em retaliação. O governo dos EUA passou leis anti-anarquistas. O medo do movimento abriu caminho para a criação do Bureau of Investigation (Departamento de Investigação), em 1908, que se tornou o FBI trinta anos

depois. A maioria das leis anti-anarquistas não foram usadas até a Primeira Guerra Mundial, quando passaram a ser usadas contra imigrantes anarquistas e qualquer outro imigrante que representasse alguma ameaça para a nação”.

Mais recentemente, temos o exemplo da revolução social em andamento em Rojava, no norte da Síria, que tem suas raízes no surgimento do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), fundado em 1978 no sul da Turquia levando adiante uma guerrilha urbana marxista-leninista. O povo curdo é o maior povo sem estado do mundo e conta com cerca de 4 milhões de pessoas espalhadas pelos territórios da Síria, Iraque e Turquia, vivendo há séculos como refugiados, perseguidos políticos sem direitos. Curdistão é o nome desse território não reconhecido por onde está espalhado seu povo. O PKK, desde o início formado por homens e mulheres curdas, iniciou suas ações promovendo sequestros, ataques e atentados que mataram grandes proprietários de terras que exploravam o povo curdo e alvos políticos e militares do estado turco. Paralelamente aos atentados, o PKK buscava construir atividades culturais e organizativas com o objetivo de estimular um levante popular e a criação de um estado socialista curdo independente. A forte repressão após o golpe militar na Turquia em 1980 fez com que o partido fosse considerado um grupo terrorista pela Turquia e por toda a comunidade internacional, forçado a agir na clandestinidade. Parte de suas lideranças foram presas e seus militantes se refugiaram na Síria e na Europa. Com dificuldade para atuar na Turquia, o



Milícias internacionalistas anarquistas/queer em Rojava: quando o confronto for inevitável, sabemos que matar fascistas não deve ser um dilema.

PKK começou a realizar atentados nos países europeus.

No fim da década de 1990 o PKK anuncia que não pretende mais lutar pela criação de um estado nacional curdo e sim focar em criar autonomia para os povos fora das estruturas estatais e em 2005 declara um cessar fogo unilateral. Seu projeto político principal se torna o Confederalismo Democrático, uma forma de democracia de comunas locais dos bairros e cidades. Baseada na igualdade de gênero e no pluralismo, seu Confederalismo promove a autonomia e autodeterminação não apenas dos curdos, mas de povos de ao menos quatro etnias e três religiões. Inspirados pela revolução Zapatista no México e por ideias anarquistas como as de Murray Bookchin, os movimentos em Rojava organizaram

durante décadas as estruturas educacionais, econômicas e políticas para sua autonomia e libertação. Com o início dos levantes da Primavera Árabe e a deflagração da guerra civil na Síria em 2014, os curdos não tiveram outra opção que não pegar em armas por suas vidas e seu projeto político quando encurralados entre o fascismo do Estado Islâmico e o totalitarismo dos governos da Turquia e da Síria e demais grupos rebeldes e jihadistas.

A revolução em Rojava mostrou que é importante a “democratização da violência”. Isto é, todas as pessoas, grupos e povos devem saber se defender. Uma vez que não há um Estado monopolizando o uso legítimo da violência, saber se defender de opressores externos e resolver conflitos internos passa a ser uma missão de todas as pessoas. A revolução curda conta com uma forte

e disciplinada milícia popular (YPG) e uma ainda mais temida e exemplar milícia exclusivamente feminina (YPJ). Juntas, essas forças foram decisivas para derrotar e expulsar o Estado Islâmico do norte da Síria, mas hoje enfrentam as ofensivas do governo da Turquia para eliminar qualquer resistência e organização curda, mesmo fora de seu território.

A lição que o PKK e a revolução em Rojava pode nos ensinar é que começar um movimento baseado em atentados isolados e no assassinato de poderosos dificilmente vai fazer ruir um sistema opressor e construir estruturas que garantem a autonomia e a liberdade de um povo. Qualquer grupo que, para divulgar suas ideias, parta desde o início das ações violentas isoladas acaba criando uma barreira com o resto da população e ficam sem apoio contra os discursos criminalizadores do Estado. Esse tipo de ação, quando realizada fora de um contexto de guerra social ou sem um amplo trabalho de construção de poder de base, apenas coloca o movimento em um risco estratégico.

Sem o foco na construção do apoio e da participação popular, o PKK estaria fadado a acabar com seus membros presos ou mortos. Ao mudar sua política, seus objetivos a longo prazo e organizar a violência como uma forma de autodefesa coletiva, eles se afastaram dos atos de vingança contra indivíduos para construir a maior revolução social e experiência de organização de um povo sem Estado no século XXI até então. Os curdos aprenderam com as ideias e práticas anarquistas. Está na hora de aprendermos com a experiência desses homens e mulhe-

res comuns que escrevem juntos uma história extraordinária.

“O problema da luta armada só existe para aquele que quer conservar seu próprio monopólio de armamento legítimo, o Estado. O que existe, por outro lado, é efetivamente uma questão de uso das armas. Quando, em março de 77, 100.000 pessoas se manifestam em Roma, dentre as quais 10.000 armadas, e ao fim de um dia de enfrentamentos nenhum policial foi morto ou gravemente ferido, quando teria sido muito fácil fazer um massacre, percebemos um pouco melhor a diferença que existe entre o armamento e o uso de armas. Estar armado é um elemento da correlação de forças, a recusa de permanecer de maneira desprezível à mercê da polícia, uma maneira de se arrogar nossa impunidade legítima. Resolvido esse assunto, resta a questão da relação com a violência, uma relação cuja falha de elaboração prejudica em toda parte os progressos da subversão anti-imperial.”

– Tiqqun

Destituição no lugar de paredão

“A revolução da vida cotidiana liquidará as noções de justiça, de castigo e de suplício – noções determinadas pela troca e pelo reino do fragmentário. Não queremos ser justiceiros, mas senhores sem escravos, reencontrando, para além da destruição da escravidão, uma nova inocência, uma nova graça de viver. Trata-se de destruir o inimigo não de julgá-lo”

– Raoul Vaneigem



Execução do pedagogo anarquista catalão Francisco Ferrer retratado também por Costantini: quando não vencemos, somos nós os primeiros corpos contra a parede.

Anarquistas sempre rejeitaram as eleições e a democracia representativa por serem mera ilusão: Ema pessoa não é capaz de encarnar os interesses de uma classe, suas vontades ou ideias. Ela, no máximo, consegue defender os interesses de uma elite administrativa enquanto parte dela. E, de fato, quem toma o Estado coloca os interesses do Estado e das classes poderosas acima das classes inferiores. Fazendo o caminho contrário, o mesmo raciocínio mostra que matar uma única pessoa não vai acabar com

suas ideias, eliminar sua classe, nem necessariamente desencoraja seus apoiadores. Uma dura lição aprendida também pela Facção do Exército Vermelho (RAF) na Alemanha. Entre as décadas de 1970 e 1990 o grupo praticou assassinato de políticos, oficiais, policiais e empresários sem qualquer efeito maior na sociedade alemã. O grupo caminhou para o total isolamento na clandestinidade, além de levar à morte ou à prisão a maioria de seus membros. Os exemplos atravessam os séculos e os continentes (onde podemos destacar

a Guerrilha da Araguaia no Brasil, as Brigadas Vermelhas na Itália, as FARC na Colômbia, como exemplares da limitação dessas ações), mas não caberia aqui analisar todos.

A luta revolucionária não deve ter como fim o julgamento e punição de quem praticou atos que condenamos, a revolução não é um elogio à vingança e ao ressentimento, muito menos a instrumentalização do ódio. Ela deve ser um esforço positivo de construção de estruturas de vida paralelas sem relações mediadas pela violência. Isso não significa criar um dilema moral quanto ao uso da violência. Malatesta explica muito bem que “a ideia central do anarquismo é a eliminação da violência na vida social, é a organização das relações sociais fundamentada na livre vontade de todos e de cada um, sem intervenção do policial. É por isso que somos contra o capitalismo que, apoiando-se na proteção do policial, obriga os trabalhadores a deixar-se explorar por aqueles que detêm os meios de produção, ou mesmo ficar sem trabalho e sofrer de fome quando os patrões não tem interesse em explorá-los. Eis porque somos inimigos do Estado, que é a organização coercitiva, ou seja, violenta da sociedade”. E continua: “a violência só é justificável quando é necessária para defender a si mesmo ou defender os outros contra a violência. O delito começa lá onde acaba a necessidade.” A violência pode destruir e nos libertar de uma ordem opressora, mas não é o melhor laço para manter uma sociedade livre.

“Só ajuda a violência, onde reina a violência...”

– *“Santa Joana dos Matadouros”, Bertolt Brecht*

Quando Durruti diz que “o Fascismo não se debate, se destrói”, acreditamos que ele está falando mais de sistemas políticos e ideias do que apenas de seus partidários. Mesmo sabendo que uma vez no front de batalha da Revolução Espanhola, sua vida e a de seu povo dependia da morte de fascistas armados que estavam tentando tomar o controle do Estado. Anarquistas não acreditam na tomada do Estado, seja pelo voto ou pela força porque sabem que a existência do Estado em si depende e perpetua uma divisão da sociedade em classes de dirigentes e dirigidos. Em uma sociedade onde não existem cargos executivos ou militares que acumulam tanto poder, não existe o risco de um fascista tomar esse cargo e fazer valer suas vontades políticas e caprichos pessoais. Sem o Estado, o Exército, a propriedade privada e a polícia para defendê-la, homens como Jair Bolsonaro ou Eike Batista são apenas idiotas arrogantes e egoístas. Sem essas posições de poder, esses homens não são nada. Mas sem esses homens, tais posições de poder continuam sendo uma ameaça para nós aqui embaixo, pois basta alguém assumir seu lugar que o sistema continua seu trabalho da mesma forma.

Se vamos tomar de volta a capacidade de nos organizar, devemos começar pela capacidade de organizar a morte do Estado e do Capital, não de indivíduos. Somente a organização descentralizada, horizon-



tal e autônoma da sociedade de forma a tornar essas instituições fracas e inúteis vai nos libertar dos efeitos opressivos delas. Se queremos uma sociedade livre, devemos priorizar a criação de um poder coletivo e social que torne essas instituições fracas e inoperantes, a ponto delas não fazerem a menor diferença em nossas vidas, sem necessariamente destruir as pessoas operando elas, ou fazer disso um projeto político. E então, poderemos destruí-las, deixando-as perecer sem ninguém por perto. Como descrito pelo Comitê Invisível, precisamos destituir o poder estatal e capitalista:

“Subtrair-se às instituições é tudo menos deixar um vazio, é sufocá-la positivamente. Destituir não é, portanto, atacar instituição, mas, sim, a necessidade que temos dela. Não é criticá-la (...), mas assumir realmente o que se supõe que ela faz, fora dela. Destituir a universidade é estabelecer longe dela lugares de pesquisa, de formação e de pensamento mais vivos do que ela é (...). Destituir a justiça é aprender a regular, nós mesmos, nossos desacordos, colocar para isso um método, paralisar sua faculdade de julgar e expulsar seus oficiais de justiça de nossas vidas. Destituir a medicina é saber o que é bom para nós e o que nos deixa doentes, arrancar da instituição os saberes apaixonados que nela sobrevivem em suas obras e não voltar jamais a se encontrar só, no hospital, com o corpo entregue à soberania artística de um cirurgião desdenhoso.

Destituir o governo é se tornar ingovernável. Quem falou em vencer? Superar é tudo. O gesto destituente não se opõe à instituição, ele não coloca contra ela uma luta frontal, mas a neutraliza, esvazia-a de sua substância, dá um passo para trás e a observa morrer.”
(Agora – Motim e Destituição)

Coragem para se encontrar

Não é necessário também oferecer um julgamento moral das ações de outros anarquistas ou indivíduos aparentemente desesperados como Adelio Bispo, que tiveram coragem de mostrar a políticos e outros poderosos que suas ações para manter um mundo de desigual e opressivo terão consequências. Precisamos, acima de tudo, entender o contexto de isolamento e frustração causados pela vida em uma sociedade tão desigual, que pode levar alguém a tomar partido e realizar tais ações tão extremas.

Muitas pessoas oprimidas se sentem impotentes e querem romper com esse sentimento da forma mais rápida possível. Tão comum como o atentado contra figuras de poder, é a autodestruição transforma em da ação política. Já comentamos sobre o homem de cinquenta anos que ateou fogo em si mesmo na frente do Palácio do Planalto no dia em que um muro era erguido por presidiários para separar manifestantes de esquerda de manifestantes de direita no dia da votação do Impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Ele foi levado ao hospital com cerca de 70% do corpo

queimado, mas sobreviveu. Seu gesto se compara ao de Mohamed Bouazizi, o vendedor ambulante tunisiano impedido de trabalhar que se matou com gasolina e fogo em frente a um prédio público e foi o estopim das revoltas hoje conhecidas como Primavera Árabe. Ambos os atos denunciam a violência silenciosa de uma sociedade que cala e isola indivíduos até que não sobre nada além da solidão e do desespero. Na impossibilidade de se encontrar com outros corpos para organizar a resistência, a opção encontrada por esses homens foi transformar o desespero em uma forma de potência, mesmo que autodestrutiva – com a

diferença de que a do brasileiro que ateou fogo em seu próprio corpo não iniciou nenhum grande levante.

Adelio Bispo pode até saber que Bolsonaro representa uma ameaça a vida dos pobres e minorias, porém, mais do que nunca, é a vida de Adelio que agora está em risco. Depois de ser linchado e preso, ele, criada durante a ditadura que Bolsonaro tanto elogia e tem saudades – mais uma prova de que mesmo anos após a saída ou mesmo a morte de seus líderes, os aparatos de uma ditadura militar não apenas continuam vivos, mas continuam operantes dentro de uma democracia.



Marcha antifascista no Rio de Janeiro, 2016: Esmagar o fascismo, abolir o Capitalismo e destruir o Estado – nada menos que tudo isso junto!

Por fim, temos uma mensagem a todas as pessoas que, por raiva ou frustração, pensam em furar um bloqueio policial para tirar a vida de um tirano com suas próprias mãos, ou atear fogo em si mesmas como um último protesto: Vocês não estão sós!

E uma mensagem para todos aqueles que querem nos manter sob controle, opressão ou mortos: **Vocês não estão seguros!**

É possível e necessário nos encontrar e nos organizar para planejar a queda de regimes inteiros e não apenas de um tirano. Não deixaremos a ansiedade e a frustração guiarem nossos atos nem aceitemos correr o risco de ir para a prisão ou túmulo sem apoio, solidariedade ou mesmo em vão.

A construção de um novo mundo livre da autoridade do Estado ou do capital certamente levará ao confronto com pessoas que querem defender sua existência, por isso não devemos hesitar na hora de defender nossas vidas e as de nossos pares. Existem pessoas que já mostraram a coragem de arriscar a vida pelo bem de todas as outras pessoas oprimidas. É preciso sermos fortes e nos organizar para que ninguém tenha que lutar ou sofrer na solidão, no isolamento. Quanto mais pessoas oprimidas compartilharem dessa coragem, mais teremos força para derrubar os tiranos desse mundo, levando seus regimes com eles – e a esse dia daremos o nome de revolução.

Porquê Zona Autônoma Temporária, por Felipe Almeida

<https://razaoinadequada.com/2018/06/20/taz-por-que-zona/>

“Estamos nós, que vivemos no presente, condenados a nunca experimentar a autonomia, nunca pisarmos, nem que seja por um momento sequer, num pedaço de terra governado apenas pela liberdade? Estamos reduzidos a sentir nostalgia pelo passado, ou pelo futuro?”

— Hakim Bey, Zona Autônoma Temporária



A primeira constatação, o que justifica a TAZ, é o fechamento completo de nosso mapa mundial, não há mais nenhum espaço da terra que já não pertença a alguém, não há uma terra incógnita, a se descobrir. Ou seja, se as gerações anteriores tinham esta possibilidade, mesmo que como um sonho distante, para nós esta opção não é possível. Fim... o mundo virou uma grande bola dominada por diversos poderes, um globo riscado por fronteiras. Estamos sempre dentro do Império. Não há saída, não há escapatória, não há como fugir. Será?

Quais são as nossas possibilidades de liberdade hoje? Viver à sombra de um monstro enorme chamado capitalismo, chamado sociedade mundial de controle. Chame como quiser, este Leviatã quer estar em todos os lugares, sem exceção. Devemos sentar e esperar as contradições do capitalismo inexoravelmente nos arrastar para uma sociedade mais justa? Não, nós não queremos esperar, não sabemos onde vamos chegar, mas esperança não faz nosso tipo. Venceremos, mas não da maneira que foram descritas pelo marxismo ou pelo anarquismo utópico. Venceremos aqui e agora! Venceremos sem derrotar nosso inimigo. **Propomos trocar o tempo da utopia pelo tempo das heterotopias**, a criação de espaços novos, subjacentes e secretos. Nossa alternativa? TAZ!

Como toda autonomia se faz em algum tempo e em algum espaço, preci-

samos começar desta maneira. Não se trata de ser kantiano, mas de ser prático. Do tempo falaremos depois, já o espaço pode ser qualquer um. Não estamos falando de um ponto no mapa, uma região do planeta terra. A Zona pode ser de qualquer tipo: pode ser uma área de terra, claro; mas também uma área mental, existem zonas autônomas temporárias dentro do nosso cérebro, pensamentos que aparecem e se sustentam contra a nossa vontade; pode ser um pedaço de nosso corpo, que cria uma autonomia e difere das outras; pode ser uma espaço na internet, um imóvel abandonado, ou a própria casa.

“O desaparecimento parece ser uma opção radical bastante lógica para o nosso tempo, de forma alguma um desastre ou uma declaração de morte do projeto radical”

– Hakim Bey, Zona Autônoma Temporária

A única necessidade é passar despercebido, estar fora do alcance do poder, do Estado, do Capital, das regras estabelecidas. Tornar-se um espaço liso, onde novos fluxos possam circular, onde o atrito das relações seja menor. Se o Estado e o Poder são onipresentes, a Zona será subterrânea, invisível, uma tática que começa nas fendas, nas brechas. Digam: Onde a luz não chega? Onde a câmera não alcança? Sorria, você não está mais sendo vigiado. A TAZ escapa das zonas de definição e catalogação, ela é um

devir-imperceptível! Como dissemos, o mapa está fechado, mas não quer dizer que não tenha rachaduras, fissuras, e estes espaços permitem que as TAZ estejam sempre nascendo e se refazendo.

“O mapa está fechado, mas a zona autônoma está aberta. Metaforicamente, ela se desdobra por dentro das dimensões fractais invisíveis à cartografia do Controle”

– Hakim Bey, Zona Autônoma Temporária

As revoluções podem ter fracassado, mas as possibilidades de levante estão sempre abertas!

Em vez de erigir um falanstério, que teria objetivos escapistas; em vez de criar uma comuna, que será invariavelmente esmagada pelo Estado; a TAZ cria uma possibilidade que tem um fim em si mesmo. **O primeiro passo é encontrar ou criar de um espaço! Rasgá-lo no meio do cotidiano ou inventá-lo embaixo do tapete.**

“Durante e depois destes anos, os anarquistas adquiriram a prática do nomadismo revolucionário, perambulando de revolta em revolta, procurando manter viva em si mesmos a intensidade do espírito que eles experimentaram no momento do levante. Na verdade certos anarquistas da estirpe stirneriana/nietzschiana encontraram nessa atividade um fim em si mesmo, um modo de

sempre ocupar uma zona autônoma, a zona intermediária que se abre no meio ou no despertar de uma guerra ou revolução”

– Hakim Bey, Zona Autônoma

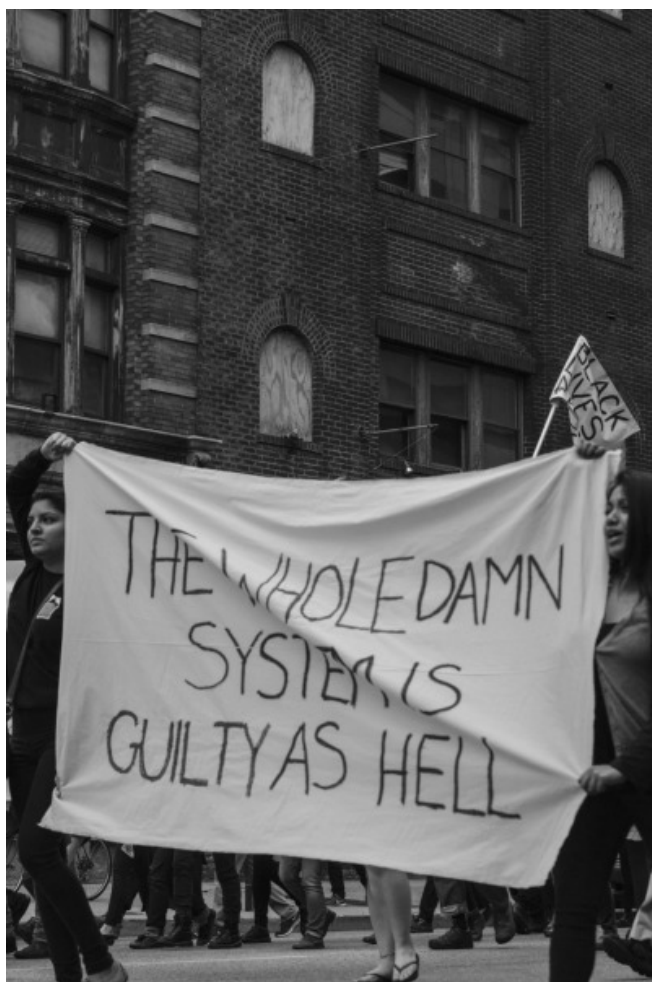
A TAZ é um plano em movimento perpétuo, um platô onde as forças se encontram de maneira horizontal, uma ilha, que emerge no meio do oceano, uma planta que cresce no meio do concreto. Por ser de todos os tipos, é difícil seguir seus passos. Uma TAZ pode ser uma área do pensamento, que a academia não consegue capturar; pode ser uma rima, que a indústria musical não consegue gravar; uma roupa, que a indústria da moda não consegue produzir. A TAZ é nômade! Ela é uma zona que se move, desliza, que está sempre em movimento! Ela se desenrola em um plano maior, mas não se confunde com ele, pelo contrário, passa despercebida, camuflada. Não precisa de senha, porque não se consegue nem mesmo achar a porta.

É absolutamente necessário desutopianizar a anarquia e a política. Este é nosso objetivo com a criação de Zonas Autônomas Temporárias. Se temos um desencanto pela revolução, se estamos decepcionados, por outro lado nos encontramos absolutamente empolgados com esta possibilidade. **Heterotopias no lugar das Utopias.** Se nos parece estranho sonhar, percebemos que ‘viver é melhor que sonhar’. Uma Zona, mesmo que suma,

fracasse, afunde, não é mais vista como uma revolução que falhou, muito pelo contrário, passa a ser um acontecimento, semeador de muitos outros. Pessoas se revoltaram, criaram uma insurreição, fizeram alguma coisa, que bom! Como foi?

Se hoje existem muitos territórios que nos escravizam, existem outros tantos capazes de nos libertar! Todo mapeamento terá brechas! Sempre haverá um espaço onde o olhar não chega, onde o poder não vê. Acreditem, sempre haverá! Pode ser uma festa, uma rede de distribuição de alimentos, as ideias na cabeça de alguém, a internet, um grupo de estudos, um sussurro, um site de filosofia. As linhas de fuga não são o que foge, mas a pos-

sibilidade de fazer um mundo fugir! Faz um certo modo de vida fugir! Uma linha de fuga se encontra com outros e cria territórios, maneiras de viver, maneiras de se relacionar. Uma linha de fuga é a chance de fazer um mundo fugir, não de fugir desta para outra existência. Ao fazer um mundo fugir, abre-se um deserto, um mar, um caminho a desbravar. Nasce uma Zona, um plano, um platô, um território, um ponto no meio do caos! É necessário um agenciamento para que se criem estas novas velocidades. A TAZ é um espaço liso, um espaço guiado por regras diferentes das que estamos acostumados, onde trajetos e direções seguem caminhos diferentes dos impostos a nós.



“Esses nômades orientam seu percurso por estrelas estranhas, que podem ser núcleos luminosos de dados no ciberespaço ou, talvez, alucinações. Abra um mapa do território; sobre ele, coloque um mapa de mudanças políticas; sobre ele ponha um mapa da internet, especialmente da contra-net, com sua ênfase no fluxo clandestino de informações e logística; e, por último, sobre tudo isso, o mapa 1:1 da imaginação criativa, estética, valores. A malha resultante ganha vida, animada por inesperados redemoinhos e explosões de energia, coagulações de luz, túneis secretos, surpresas”

– Hakim Bey, Zona Autônoma Temporária

(Re)Construir o Sindicalismo Revolucionário no Brasil, por André Silva, Alberto Pereira, Cassia Rodrigues, Cecília Ramos, Daniel Ferreira, Fábio Alvez, Jane Oliveira, Leandro Souza, Lincon Marques, Manuela Silveira, Sandro Bastos, Saulo Paiva e Valeria Novaes - Tese ao II Encontro Nacional de Oposições Populares, Estudantis e Sindicais (2017)

[...]

1 – Conjuntura internacional

Há uma Nova Guerra Fria em curso. Essa é a principal constatação que se impõe. Depois da crise de 2007-2008, que resultou nas insurreições do Norte da África e da Síria, o conflito político-militar entre EUA-UE e Rússia-China se aprofundou drasticamente. Essa nova guerra fria é o resultado da evolução da Guerra ao Terror e do fortalecimento econômico e geopolítico de China e Rússia. Sendo o fato central da conjuntura, essa nova guerra fria tem tido como cenários principais a Síria e a Líbia, no “grande Oriente Médio” (que compreende o Norte da África) e também, mais recentemente, a América Latina (com a crise dos regimes “progressistas de esquerda”, as sucessivas tentativas de golpe na Venezuela e o golpe parlamentar no Brasil em 2016).

A Guerra Fria II, iniciada no final dos anos 2000, reproduz vários elementos da primeira. Os mesmos blocos de Estados estão em disputa. Mas a política econômica que opõe cada bloco não é mais o “socialismo” (ou, um capitalismo de Estado integral, como era a política da URSS) e um capitalismo de Estado liberal

keynesiano (ou seja, parcial), hoje as políticas são de um capitalismo neoliberal do bloco EUA-UE versus um capitalismo de Estado minimalista, igualmente neoliberal, do bloco China-Rússia.

As diferenças de ideologia econômica praticamente desapareceram e o confronto é basicamente devido à necessidade de sobrevivência e disputa de hegemonia no sistema interestatal capitalista. Isso significa que, ao contrário da Guerra Fria I, quando existiam forças revolucionárias autênticas que buscavam abrigo sob a política da URSS-China, hoje, a política da Rússia é de destruir essas forças apoiando os governos autoritários neoliberais, como mostra o caso do apoio ao Governo neoliberal de Bashar al Assad, na Síria.

Desse modo, a luta interestatal atual não reflete, em nenhum nível, a luta de classes internacional. Isso significa que os blocos precisam manipular ideologicamente as suas classes trabalhadoras nacionais para obter o apoio interno indispensável a sua política externa. Essa separação, entre os interesses e conteúdo econômico-político da luta interestatal e os interesses das massas trabalhadoras globais, implica que há

um grande terreno para o desenvolvimento das soluções internacionalistas. Elas precisam ser construídas.

O acirramento da competição inter-imperialista pode ou não evoluir para uma guerra direta entre potências. Mas a intensificação dos conflitos militares apenas reforça o caráter mundial da guerra. Desse modo, a polarização entre os Estados e blocos exige uma polarização, o melhor termo é maniqueísmo, ideológico. Esse maniqueísmo é uma forma de tentar aglutinar forças dentro de cada bloco para combater o bloco opositor. É por isso, dentre outros motivos, que há um franco fortalecimento da tendência conservadora em escala global.

As eleições presidenciais no EUA, com a vitória de Donald Trump, mostra que as burguesias nacionais estão apostando numa solução conservadora regional. A ascensão de uma ala ultraconservadora do Partido Republicano apenas sinaliza para um movimento em direção ao militarismo. A vitória de Macri na Argentina, o golpe parlamentar que colocou Temer e fortaleceu o setor clerical-militar (a “Bancada da bíblia” e a “Bancada da bala”) no Brasil, criaram um alinhamento mais rígido entre os principais Estados da América Latina e os EUA: Brasil, México, Argentina estão todos hoje dentro de uma área de influência direta do governo dos EUA.

Os governos progressistas-desenvolvimentistas, apesar de alinhados, buscavam competir com os EUA por mercados e por posições de poder, como aconteceu com a ilusão

de “Brasil Potência” da era Lula/PT. Esse realinhamento conservador na América Latina atende a uma economia política e uma guerra ideológica, de que falaremos abaixo.

1.2. América Latina

A Guerra Fria II eclodiu num momento em que a economia mundial sofreu uma importante transformação. O capitalismo ultramonopolista, que nos anos 1990 tinha assumido uma forma quase que exclusivamente financeira, nos anos 2000 passou por outra transformação: a ascensão do neoextrativismo. O neoextrativismo foi o domínio da grande indústria do petróleo e do Gás, sobre os recursos naturais globais, especialmente energético, e por extensão, sobre a própria economia mundial. Para que essas empresas, especialmente as norte-americanas, alcançassem essa posição de poder, a guerra e invasão do Iraque foi fundamental. Mas não foi suficiente.

O neoextrativismo induziu assim a necessidade de uma luta dos capitais monopolistas em ascensão pelo controle de posições estratégicas. A grande contradição é que em quase todo mundo os recursos energéticos, especialmente o petróleo, são controlados ou regulados pelo Estado.

Grandes empresas petroleiras são estatais em diversos países ou exploram de forma associada com o capital estrangeiro. Desse modo, a necessidade de ter o controle dos mercados de energia exigia uma profunda reestruturação dos Estados nacionais, para modificar o controle do petróleo e outros recursos

naturais. A necessidade era estender o neoliberalismo para o controle desses recursos, com a privatização dos campos e a penetração do capital estrangeiro na produção, mesmo em áreas em que os acordos anteriores previam a exploração estatal.

O conflito econômico entre gestão estatal capitalista e exploração capitalista privada dos recursos naturais é o centro da contradição da economia política atual. Aos EUA interessa um controle mais direto das fontes de energia e sua exploração. A fragmentação da Líbia, por exemplo, foi comemorada pelas grandes petroleiras do mundo, grande parte delas, dos EUA. A mesma tentativa foi realizada na Síria e o mesmo na Venezuela, que possui as maiores reservas de petróleo do mundo. O Brasil, depois do Pré-sal, foi colocado também na rota dessa economia e geopolítica.



A queda do preço do petróleo, em parte fabricada pelos EUA, levou a uma crise do neoextrativismo. A baixa do preço do petróleo serve bastante ao processo de concentração de capital, facilitando a expansão do grande capital monopolista. A queda do preço também se deve às disputas geopolíticas entre potências.

Um exemplo é o Tratado Transpacífico e Transatlântico, que buscam ampliar a área de influência comercial dos EUA nas Américas e combater a presença do bloco Sino-russo na América Latina. Rearticulação do Imperialismo estadunidense pós-crise na América Latina através da Aliança do Pacífico.

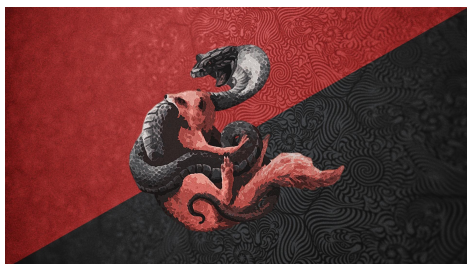
Esse ciclo neoextrativista propiciou também certa autonomia relativa da esquerda bolivariana na América Latina frente ao Imperialismo estadunidense, posto que esta também estava baseada no pacto de classes e na venda de produtos primários para China, Rússia e Irã. Essa autonomia relativa em nada significou para o avanço da classe trabalhadora, ao contrário, o bolvarinismo representou uma outra forma de capitalismo – mais extrativis-





ta do que especulativo – e outra forma de Estado – mais tutelar e autoritário do que liberal.

Em toda a América Latina o desgaste desse ciclo neopopulista está ancorado em três principais eixos: 1) no fim da valorização das commodities pela re-orientação da China de menor crescimento do PIB e maior crescimento da economia doméstica; 2) Pelo ataque sistemático do Imperialismo estadunidense em colocar alguém “puro sangue” que defendesse a privatização das empresas nacionais de energia – Venezuela, Argentina, Brasil – 3) Na ruptura do movimento de massas com os pactos sociais efetuados pelas burocracias, a ruptura se deu pelos



setores mais superexplorados da classe – carpeiros no Paraguai – indígenas da Media Luna e Gasolinaso na Bolívia – proletariado marginal no Brasil, etc. Esse ciclo de rupturas nos coloca numa tarefa de aprofundá-las e apresentar uma alternativa classista internacionalista que agregue setores do proletariado de nosso continente.

É por isso que não podemos ter ilusões. O controle “estatal”, como mostra o exemplo do petróleo, não é uma política do proletariado. O controle estatal do petróleo serviu à construção de Estados autoritários e corruptos do terceiro mundo, não à emancipação do proletariado. O fato do imperialismo precisar destruir esse controle é resultado de uma necessidade econômica, não uma diferença ideológica. Isso significa que as políticas de defesa do capital nacional ou das empresas estatais são políticas fadadas ao fracasso. A economia política hoje está dominada pelo pensamento burguês e conservador. É preciso uma nova política econômica, do ponto de vista socialista e dos trabalhadores. E essa política econômica será anti-estatista e anti-capitalista.



Considerando o contexto latino-americano, seu lugar na luta de classes internacional, concluímos que a (re)construção do Sindicalismo Revolucionário jamais pode estar limitado ao contato com entidades internacionais do sindicalismo revolucionário europeu, mas também articulações populares, sindicais e estudantis da Argentina, Venezuela, Bolívia, Paraguai, Colômbia e outros.

1.3. As forças religiosas e policiais-militares e as ideologias racista, patriarcal e militarista: a reação

Essa Guerra Fria II tem tido um efeito curioso. Ela deu um novo fôlego às forças clerical-militares (ordens religiosas e forças policiais-militares) e às ideologias racista, patriarcal e militarista. Vejam, essas ideias são extremamente úteis na mobilização interna para o apoio ao Estado, especialmente em caso de guerra. A difusão de ideias racistas, militaristas e religiosas facilita tal aglutinação.

Mas o sistema capitalista mundial estava evoluindo em outra direção. O capitalismo, desde a falácia da globalização neoliberal, estava assentado no multiculturalismo e na democracia.

Organismos como ONU, Banco Mundial adotaram políticas voltadas para temas como gênero, raça, ao lado do combate à pobreza, como mecanismo de levar ao “desenvolvimento” os países subdesenvolvidos”. A estratégia de investir em políticas de gênero e raça visava o esvaziamento da mobilização de em torno das ideias de classe-

povo ou povo-nação. Quer dizer, em países em que os movimentos sociais tentavam aglutinar camponeses e operários para a resistência e a luta, esses organismos tentavam criar organizações e políticas que introduziam as ideias de que a democracia ocidental era “superior” às políticas anticapitalistas, explorando contradições de gênero e étnicas que efetivamente existiam, mas não para emancipação desses grupos, mas para atrelarem as mesmas ao poder imperialista.

Desse modo, o imperialismo não se expressa apenas pelas ideias mais “atrasadas”, da reação clerical-militar, mas também pelas ideias pós-modernas conservadoras. Na atual Guerra Fria o capitalismo alcançou um tal grau de contradição interna que frações das classes dominantes estão atacando as ideias da classe dominante, criadas para domesticar e dividir a luta do proletariado, como se fossem ideias do próprio proletariado. O que o proletariado não pode é se deixar tomar pela mesma ilusão: é preciso distinguir o caráter de classe. Podemos dizer que temos um conjunto de ideias opostas, mas que cumprem a mesma função: o racismo/nacionalismo xenófobo vs multiculturalismo/regionalismo estatista; o patriarcalismo vs feminismo empresarial; o militarismo vs pacifismo conservador.



O racismo é um aspecto estrutural do sistema capitalista. Mas a ele tem uma função complementar ao multiculturalismo e o regionalismo estatista, ou seja, aqueles que defendem uma coexistência multicultural no Estado, ignorando as desigualdades econômicas ou defendendo diferentes formas de capitalismo “humano”, bastando a isso garantir o acesso de minorias aos cargos das empresas e de governo. O patriarcalismo se bate contra as mulheres, mas o feminismo empresarial, aquele que considera que as mulheres têm como inimigos o homem, e não um sistema, e que ela deve se emancipar pelo mercado, chegam a mesma conclusão: a necessidade de manter homens e mulheres em posições de poder desiguais; por fim, existem os apolegetas do militarismo e da violência, e os pacifistas conservadores, ambos concordam que a violência deve ser monopólio do Estado. Os primeiros querem que o Estado faça uso ostensivo da violência, os segundos alimentam a ilusão de que ele não faz ou não deveria fazê-lo.



Não por acaso, na Rússia e EUA desenvolve-se um conservadorismo (como explicitado pela perseguição aos homossexuais e a liberdade sexual em geral). Esse processo tem levado a uma política de explorar o confucionismo, seja com a tentativa de criar movimentos de direita com identidade cultural de esquerda (exemplo, o nacional-bolchevismo, o nacional-anarquismo) seja pela aproximação do stalinismo de uma política moralista-conservadora, como se a superioridade moral fosse o traço dos comunistas. A russofilia e russofobia são produtos do desenvolvimento da Guerra Fria e ela tende a ser usada pelos comunistas como forma de tentar unificar seu campo e criar o apoio a Rússia. Dinâmica de fortalecimento do estatismo em escala internacional, visando um eminente enfrentamento direto. Sem guerra, os blocos tendem a se desagregar. Mas o fascismo dos EUA e o fascismo da Rússia se disfarçam, cada um a seu modo, mas são gêmeos siameses e procuram aprofundar a confusão ideológica nas massas.

Essas ideias, longe de serem alternativas, são duas faces da mesma moeda. Essas ideologias não podem expressar os interesses e aspirações dos povos em luta. Mas essas ideologias têm desviado os povos da sua emancipação e o preço desse erro tem sido pago em sangue inocente. Por isso hoje, mais do que nunca, é necessária uma luta ideológica. Essa luta ideológica precisa afirmar a independência dos povos e dos trabalhadores frente ao conflito interestatal da nova guerra fria.

1.4. Insurgências globais e crise direção-base: lições a aprender e os rumos a seguir

Várias insurreições ocorreram ao longo dos anos 2000 e batizaram a Nova Guerra Fria. Nos anos 2000, na Europa e Gênova, na França, na Grécia e depois em 2011, na Espanha; no Norte da África, Líbia, Egito, Tunísia e Síria conheceram também insurreições populares.

Enquanto na Europa os alvos das insurreições foram os governos neoliberais e o capital financeiro, na sua grande maioria, no Norte da África essas insurreições se realizaram contra antigos governos nacionalistas, da ex-área de influência da URSS. Esses governos na sua maioria, assim como a própria Rússia, estavam adotando políticas neoliberais e estas provocaram, depois da crise de 2008, um agravamento das condições sociais.

As insurgências populares foram assim respostas à expansão do neoliberalismo, mesmo sob os gover-

nos “nacionalistas-progressistas”. O mesmo aconteceu em 2013 no Brasil: a insurreição foi um ato de resistência às políticas neoliberais e de favorecimento do capital estrangeiro, que aumentaram a superexploração no país.

A questão é que as insurgências explicitaram a fragilidade dos governos, especialmente os nacionalismos-progressismos em crise, que defendiam, justamente, a política de manter o controle dos recursos naturais nas mãos do Estado. Essas insurgências não foram provocadas pelo imperialismo. Elas mostraram ao imperialismo, especialmente ao EUA, que vários de seus aliados estavam fracos, e que podiam ser “realinhados” mais facilmente, como na América Latina. Ou no caso da Líbia e Síria, com o apoio a fragmentação dos Estados e guerra indireta com a Rússia.

As insurreições estão se espalhando pelo mundo. Essas insurreições têm criado novas formas organizativas. Suas contradições têm sido exploradas pelos blocos imperialistas em disputa. Mas são dessas insurgências que podem surgir as verdadeiras alternativas anti-imperialistas. O que as insurgências mostram é que o que chamamos de crise entre direção/bases se manifesta, em certo grau da luta de classes, na relação povo-classe versus governos-Estados (como foi o caso da Líbia e da Síria). Nesses países a crise foi tão profunda que a insurgência converteu-se em luta armada. A intervenção dos blocos EUA-UE e China-Rússia apenas aproveitou-se da situação criada pela

insurgência para desorganizar o povo, criando forças militares alinhadas a cada bloco ou forças mercenárias. Somente em Rojava, na região do Kurdistão, graças ao trabalho do PKK e da resistência popular e feminina, surgiu uma alternativa de poder e organização.

Outra experiência fundamental é o movimento Zapatista no México. A Guerrilha Zapatista foi lançada ainda em 1994 e ainda constitui uma força popular autônoma considerável, polarizando com as classes dominantes do Narco-Estado mexicano e rivalizando com o Imperialismo estadunidense (em 1994 foi o ano de lançamento do NAFTA). Um das principais referências para a luta de classes na América Latina, o movimento Zapatista é uma expressão do autonomismo de base indígena e popular.

Desse modo, as insurgências são formas de resistência anti-imperialista em essência. Mas quando estas insurgências não conseguem evoluir para formas de organização permanentes, o vácuo deixado por elas é ocupado pelas forças da reação e contrarrevolução, criando novos mecanismos de dominação. Diante do acirramento da conjuntura macropolítica e da crise mundial do estatismo, afinidade ideológica entre os blocos pode impulsionar ações comuns de contra-insurgências.

[...]



Links potencialmente úteis:



Como fazer um fanzine



*O que é anarquismo no Leitura
Obriga História*



Editora Monstro dos Mares



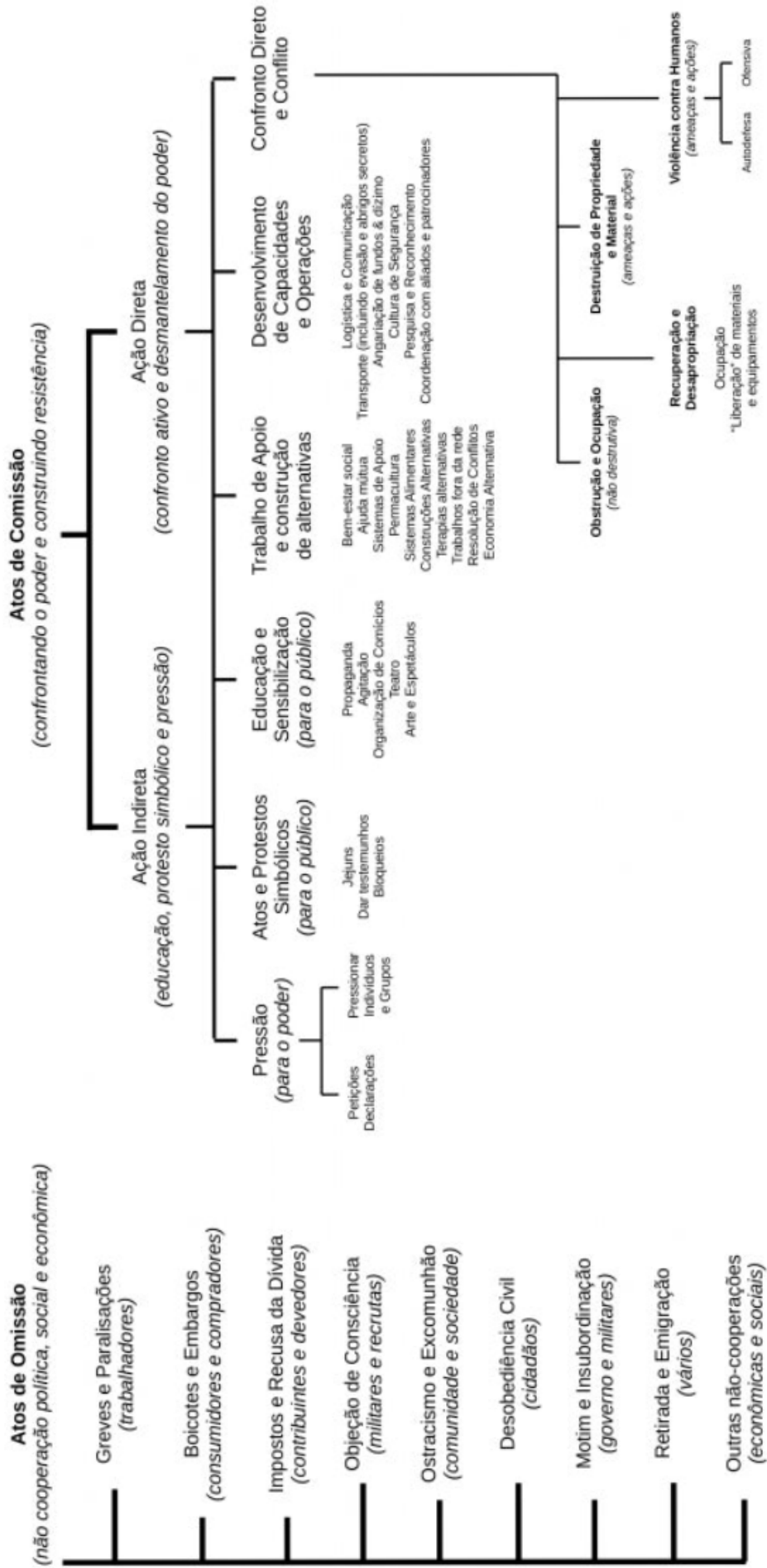
Telegram:
<https://t.me/aparecife>

OLD PUNKS



NEVER DIE

Uma taxonomia da Ação



aumento do número de pessoas necessárias

aumento do risco envolvido